

# AGENTES



# Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis

*Nunziatella Alessandrini*

Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM-FCSH-UNL/UAc).  
Bolsa de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência  
e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência

## Introdução

Os resultados das recentes linhas de investigação, nomeadamente as que se debruçaram sobre o estudo da comunidade italiana em Lisboa no século XVI<sup>1</sup> e as que focalizaram o funcionamento das redes comerciais e as suas modalidades de actuação,<sup>2</sup> deram um notável impulso para a compreensão de como as companhias comerciais estrangeiras estruturavam a sua actividade comercial em Portugal.

É de reconhecer à expansão atlântica um papel incentivador no desenvolvimento dos circuitos de ligações económico-político-culturais que irão caracterizar o século XVI. De facto, nesse sentido, confirma-se, no final do século XV, uma importante presença de mercadores estrangeiros, nomeadamente “italianos”,

1. Na última década a pesquisa desenvolvida à volta da comunidade italiana em Lisboa no século XVI deu contributos importantes, recordamos, entre outros, os estudos de N. Alessandrini, B. Crivelli, F. Guidi Bruscoli e os 6 ciclos de conferências co-organizados por quem escreve e que produziram 3 volumes, nomeadamente: Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, Antonella Viola, *Di Buon affetto e commercio Relações luso-italianas na Idade Moderna* (Org.), Lisboa, Cham, 2012; Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò* Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII), Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2013; Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Con gran mare e fortuna*. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2015.

2. Dentro da ampla produção nesse âmbito, recordamos a obra de Phillip D. Curtin, *Cross-Cultural Trade in World History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984; os textos de referência para questões teóricas, J. Brown, M. B. Rose (eds), *Entrepreneurship, networks and modern business*, Manchester University Press, Manchester, 1993; M. Casson and M. Della Giusta (eds), *The economics of networks*, Edward Elgar, Cheltenham, 2008; M. O. Jackson, *Social and economic networks*, Princeton University Press, Princeton N.J., 2008; J. L. Podolny and K. L. Page, “Network forms of organization”, «Annual Review of Sociology», n. 24 (1998), pp. 57-76; *Commercial network in the early modern world*, (org.) Diogo Ramada Curto e A. Molho, European University Institute, 2002; o trabalho de Francesca Trivellato relativo à diáspora comercial: *The familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period* University Press, Yale, 2010; e o recente *Commercial networks and european cities*, (org.) Andrea Caracausi e Christoff Jeggle, Londres 2014.

na articulação entre vários sectores comerciais em Lisboa. Famílias florentinas, genovesas e oriundas de Cremona – na altura sob o domínio de Veneza – tinham nas suas mãos rendosos negócios que a coroa portuguesa lhes tinha outorgado juntamente com privilégios.

A partir de 1498, com a abertura do caminho marítimo para a Índia, estes negócios foram-se alargando, alcançando uma dimensão global que ia abranger os quatro continentes. Nesta altura, “i mari divennero l’arena privilegiata per gli scambi commerciali e culturali di lunga distanza” e as estratégias comerciais remodelaram-se seguindo os contornos da nova realidade geográfica.<sup>3</sup>

Os importantes contributos que nestes últimos anos se debruçaram sobre as transacções comerciais e à circulação de mercadorias entre a Itália e Portugal, apresentam uma riqueza de pormenores não apenas relativamente à variedade e quantidade de produtos até então pouco ou nada conhecidos que iam ser difundidos em toda a Europa, mas também houve a preocupação de proceder ao levantamento de fontes inéditas de modo a poder aprofundar e organizar ainda melhor esta temática.<sup>4</sup> Com esse cenário de fundo, iremos analisar o percurso comercial e as modalidades mercantis dos homens de negócios italianos que actuavam, no século XVI, na capital portuguesa cujo porto se tinha tornado no centro de atracção de multidões de mercadores e mercadorias que iam ser redistribuídas pelo Mundo fora.

### 1. Breve percurso da presença italiana em Lisboa

Desde o século XIV que a presença em Lisboa de mercadores italianos é um facto documentado. As navegações portuguesas no Atlântico tinham envolvido recursos humanos estrangeiros entre os quais primavam os italianos cuja experiência na arte de navegar provinha de séculos de actividade de marinharia.

Em 1317, o rei D. Dinis estipulou, de facto, um contrato<sup>5</sup> com o genovês Emanuele Pessagno - aporuguesado Manuel Pessanha<sup>6</sup> - em que o recém nomeado

3. Maria Fusaro, *Reti commerciali e traffici globali in età moderna*, Bari, Laterza, 2008, p. XV

4. Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Con gran mare e fortuna*. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2015; Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Scrigni della memoria- Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas*, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2016.

5. O contrato está transcrito em João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1944-1971, vol. I, doc. 37, pp. 27-30.

6. Sobre a figura de Manuel Pessanha e, em geral, sobre a família Pessagno, veja-se: Augusto Vecchi, “Una dinastia di ammiragli”, in *Rivista Marittima*, XIII, 1880, pp. 269-281; Luigi Tommaso Belgrano, “Documenti e genalogia dei Pessagno ammiragli del Portogallo”, in *Atti della Società ligure di storia patria*, Genova, 1881, tomo XV, pp. 241-316; João Benedito D’Almeida Pessanha, *Notícia histórica dos Almirantes Pessanhas e sua descendência*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1900; Fátima Fernandes, “Los genoveses en la armada portuguesa: los Pessanha”, in *Edad Media. Revista de Historia*, 4, 2001, pp. 199-206; Gabriella Airdi, “Due

Almirante, em contrapartida da nomeação vitalícia e da transmissão hereditária do título e das suas funções, obrigava-se a manter sempre 20 homens de Génova “sabedores do mar”. Foi esta, podemos dizer com alguma certeza, a data que assinalou o início da constituição duma composta colónia italiana em Lisboa. De facto, até aos princípios do século XIV “*raramente vinham italianos a Portugal*”<sup>7</sup>. Temos notícias duma Companhia de Pistoia em 1292, e temos conhecimento, ainda no século XIII, da presença de alguns genoveses, entre os quais o nobre Vivaldo Vivaldi, “*O primeiro Genovês residente em Portugal referido em documentos portugueses*”<sup>8</sup>.

A importância do porto de Lisboa ia aumentando à medida que os tráfegos comerciais com os países do Norte de Europa se tornavam regulares, transformando a costa portuguesa numa escala de paragem obrigatória dos navios que iam e que voltavam. Tudo isso fez com que a praça de Lisboa atraísse mercadores e banqueiros estrangeiros que podiam vender produtos nacionais e, ao mesmo tempo, abastecer-se de produtos portugueses como vinho, fruta, mel, cera, cortiça, couro, peles de coelho, sal, peixe seco ou salgado, como testemunha a carta de 5 de Junho de 1399 do florentino Bartolomeo Manni correspondente da Companhia dos Alberti em Bruges, enviado a Lisboa para averiguar as possibilidades de mercado.<sup>9</sup> Entre as razões que contribuíram para a vinda de italianos em Lisboa não eram de subestimar as regalias e privilégios concedidos pelos monarcas portugueses que, se por um lado garantiam o bom funcionamento dos negócios, por outro lado geravam conflitos com os mercadores naturais do reino de Portugal. Com verdade, é de 26 de Junho de 1395 a carta régia promulgada por D. João I na qual se exigia que fosse dado bom tratamento aos mercadores prazentins (provenientes de Piacenza) e genoveses moradores em Lisboa a quem os portugueses tinham criado problemas, prometendo que os que infringissem esta disposição iriam ser castigados.<sup>10</sup> As controvérsias entre naturais e estrangeiros, nomeadamente italianos, continuaram no século XV, e, em 15 de Janeiro de 1401, nas

---

fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto- Faculdade de Letras, 2006, vol. II, pp. 139-146; Angelo Daneri, *Emanuele Pessagno. Dalla Val Graveglia a Lisbona. Un “sabor de mar” fra la nobiltà portoghese*, Sestri Levante, Gammarrò Editori, 2008; Giulia Rossi Vairo, “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”, in *Medievalista online*, n. 13 (Janeiro-Junho 2013); Idem, “La Lisbona di Manuel Pessanha”, in Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò* Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII), Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2013, pp. 19-37.

7. Carlos Passos, “Relações históricas luso-italianas”, *Sep. dos Anais*, Lisboa, II série, vol.7, 1956, p.151.

8. Morais do Rosário, *Genoveses na história de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1977, p. 318

9. Cf., Virgínia Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini di Prato”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, p.68-69.

10. Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa (IAN/TT), *Chancelaria D.João I*, 1º. 2, fl.104, 1ªcol., também em: João Martins da Silva Marques, op.cit., Vol. I, doc. 190, p.206.

cortes reunidas em Guimarães, é apresentada queixa contra “*prazentins, genoveses, ingleses, flamengos e outros estrangeiros residentes em Lisboa, arrendarem agora as rendas de vinhos e pão do arcebispo e das igrejas, e auferirem grandes proveitos sem pagar nem suportar os encargos da guerra e do reino*”.<sup>11</sup>

Os monarcas portugueses, logo a seguir a D. Dinis, passando por D. João I e D. Afonso V, mantiveram uma atitude que, por um lado, salvaguardava os mercadores estrangeiros mas, ao mesmo tempo, não prejudicava os naturais do Reino de Portugal que lamentavam a pesada ingerência estrangeira no mercado interno.

É através da outorga destes privilégios que temos a noção da importância que a presença de mercadores italianos – oriundos na maioria de Piacenza, Florença, Génova, Veneza, Milão - tinha para a coroa portuguesa e para a estrutura da economia de Portugal. Para tal, basta pensar, por exemplo, na carta de 26 de Junho de 1392, passada às galés venezianas que “*merchantemente vierem ao porto de Lisboa, pela qual poderão vir e estar salvas e seguramente e pagarão dizima e direito somente das coisas e mercadorias que venderem e deixarem na cidade e não de quaisquer outras que descarregarem ou trouxerem*”<sup>12</sup>, que, como sublinha justamente Charles Verlinden, documenta a actividade veneziana: “*Il ne faudrait pas croire, toutefois, que le Vénitien ne jouaient pas un rôle actif au Portugal*”.<sup>13</sup> Para além disso, é de realçar que foi neste século que foram criadas as bases sobre as quais os sucessivos monarcas, ao longo dos séculos sucessivos, continuaram a conceder ou a limitar os privilégios. Assim, no reinado de D. Afonso V (1438-1481), em consequência das descobertas das ilhas atlânticas, continuou a outorga de numerosos privilégios aos estrangeiros, assegurando o trato no comércio dos produtos das ilhas, principalmente o açúcar e o mel, para os quais “*urgia garantir uma colocação regular da safra anual, a fim de evitar as deteriorações do produto além do desgaste do preço*.”<sup>14</sup>

No último quartel do século XV, portanto, uma heterogénea presença italiana povoava a capital portuguesa e as relações entre Portugal e Itália iam-se fortalecendo, no âmbito do intercâmbio comercial e cultural.<sup>15</sup>

11. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (AHCML), Livro 2º de D. João I, fl.2, também em: João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol.1, doc. 202, p.213.

12. João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol.1, doc.181, p.197.

13. Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et coloniale portugaise”, in *Studi in onore di Armando Saporì*, Istituto Editoriale Cisalpino, Milano, 1957, vol. 1, p. 619.

14. Virginia Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, p. 140.

15. Sobre a presença italiana em Lisboa no século XV há uma vasta literatura. Limitamo-nos a assinalar alguns contributos: Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907; Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et coloniale portugaise”, in *Studi in onore di Ar-*

## 2. Estrutura de casas comerciais italianas em Lisboa (1498-1565 ca.)

Os estudos que se debruçaram na definição do perfil do mercador medieval levaram a resultados interessantes, desmontando o conceito comum que pairava sobre este personagem definido como grosseiro, pouco ou quase nada culto. Na senda de Armando Sapori, e citando uma bela página do historiador italiano pioneiro no percurso de reavaliação do perfil do mercador medieval, Jacques Le Goff reconhece a existência de duas tipologias de comerciantes: uma que vivia do pequeno comércio e ganhava o suficiente para viver com dignidade, outra cuja riqueza derivava de comércios em larga escala e que era “*padrona dei ricchi magazzini dove s’ammucchiavano le merci più preziose e dove uomini provvisti di lunga esperienza e di una cultura curiosa e variata, uomini dalle mire ardite e dalle ambizioni sfrenate trattavano affari commerciali e finanziari con i principali centri economici dei paesi d’oltre monte e d’oltre mare, versando a fiotti i fiorini d’oro e la moneta corrente di tutti i paesi del mondo*”.<sup>16</sup> Elucidativo era o caso da Signoria de Florença, cujo governo era constituído pelos membros das diferentes corporações chamadas *Arti*.<sup>17</sup>

A definição acima mencionada aplica-se na perfeição ao perfil dos mercadores italianos em Lisboa no findar do século XV que alcançaram um importante sucesso nos negócios ganhando respeitabilidade. Famílias do calibre dos Serni-

---

*mando Sapori*, Istituto Editoriale Cisalpino, Milano, 1957, 2 voll., vol. 1, pp.617-628; V. Rau, Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini, «Revista da Faculdade de Letras», XXII (1956), pp. 5-32; Idem, “Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino “estantes” em Lisboa nos meados do século XV”, in: *Do tempo e da História*, Lisboa, IV, 1971, pp.111-112; Marcello Berti, “Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento”, in M. Berti, *Temi di storia e storiografia marittima toscana (Secoli XIII-XVIII)*, Edizioni ETS, Pisa, 2000, pp.191-240; Joana Sequeira, “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV”, in Alessandrini, Bastos Mateus, Russo, Sabatini (org.), *Con gran mare e fortuna. Circulação de pessoas mercadorias e ideias na Idade Moderna*, Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2015, pp. 21-34; Francesco Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni – Homem de grossa fazenda*, Firenze, Olschki Editore, 2014.

16. Jacques Le Goff, *Mercanti e banchieri nel Medioevo*, Messina-Firenze, Ed. G. D’Anna, 1976, p.49.

17. Existiam 21 “Arti” divididas em “Arti Maggiori” sete, e “Arti Minori” catorze. A mais prestigiosa entre as “Arti Maggiori” era a *Arte dei Giudici e dei Notai*, seguiam as corporações que reuniam os mercadores da lã, da seda e dos tecidos: *Arte della Lana*, *Arte di Por Santa Maria*, *Arte di Calimala*; rica, mas com problemas com a Igreja por causa da usura era a *Arte del Cambio*, a corporação dos banqueiros; a *Arte dei Medici, Speziali e Merciai* juntava os farmacêuticos, os mercadores de especiarias, os pintores; a *Arte dei Vaccai e dei Pellicciai* interessava os mercadores de peles. As “Arti Minori” reuniam corporações menos importantes tal como cozinheiros, sapateiros, costureiros, entre outros.

gi, Marchionni,<sup>18</sup> Affaitati,<sup>19</sup> Giraldi,<sup>20</sup> de' Bardi, entre outras, organizaram-se em sociedades mercantis e constituíram redes comerciais cuja actividade não estava limitada nem a um específico território nem a específicos grupos religiosos e/ou culturais. As múltiplas variedades de actividades comerciais em que tais sociedades mercantis em Lisboa estavam envolvidas desde o início do século XVI iam para além das fronteiras dos vários estados nacionais e para além dos continentes, criando um eixo de ligação entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Índico, formando as bases da primeira economia global. De facto, a análise da organização da estrutura destas sociedades comerciais e das redes mercantis-financeiras por estas desenvolvidas, evidencia um sistema de composição no qual estão reunidas constantes de actuação que podemos concretizar em linhas de acção peculiares: 1) mecanismos de composição dos membros da rede; 2) espaço de actuação; 3) mercadorias transaccionadas.

É de sublinhar que o impulso que deu origem à formação de redes comerciais foi, sem dúvida, o desenvolvimento do comércio cuja dimensão global foi assumida a partir de finais do século XVI, quando a abertura do caminho para a Índia e a descoberta do Brasil puseram em contacto continentes e mares. No entanto, algumas conjecturas do que teria sido o comércio de longo curso se tinham verificado já no século XV após a expansão atlântica. Os mercadores italianos “estantes” em Lisboa nesta altura tiveram a possibilidade de estagiar as técnicas comerciais que depois teriam aplicado à actividade comercial com o Oriente. De facto, o percurso das casas comerciais de Marchionni, Affaitati e, mais tarde, Giraldi, indicam um trajecto comum, uma aprendizagem de modalidades comerciais aplicáveis a modelos mercantis consideravelmente mais complexos e que foram aperfeiçoados na segunda metade do século XVI.

Ao analisar os métodos comerciais dos florentinos na praça de Lisboa em finais do século XV, Federigo Melis acentua a característica peculiar das empresas florentinas: a sua dimensão permitia maior eficiência, maior volume de negócios,

---

18. Remetemos para o estudo de autoria de Francisco Guidi Bruscoli citado na nota 14.

19. Sobre a família Affaitati em Lisboa, as suas redes comerciais e o seu percurso social, veja-se: N. Alessandrini, “Os Italianos e a Expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI), in Martino Contu, Maria Grazia Cugusi, Manuela Garau (a cura di), “Tra fede e storia - Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna”, Cagliari, AIPSA Edizioni, 2014, pp. 35-47; Idem, “Todo esta asentado. Parcerias comerciais na Lisboa de Quinhentos”, in *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*, coordenação de Susana Bastos Mateus e Carla Vieira, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas A. Benveniste da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 49-59; idem, “Famiglie italiane nel Portogallo del Cinquecento: Cosme de Lafetá, capitano nell’Oriente Portoghese (1576-1606), in *Incontri e Disincontri luso-italiani* (a cura di) Maria Antonietta Rossi, Edizioni Sette Città, Viterbo, 2016, pp. 15-31.

20. Sobre a figura deste rico e afamado mercador florentino veja-se: V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, in *Estudos Italianos em Portugal*, n. 24, Lisboa, 1965; N. Alessandrini, “Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo”, in *Storia Economica*, ESI, (3), 2011, pp. 377-409.

maior disponibilidade de capital e, principalmente, não as obrigava a apoiarem-se em empresas estrangeiras, o que quer dizer que podiam praticar um comércio directo sem intermediários e, portanto, com menos custos<sup>21</sup>.

Estes mercadores, juntamente com outras famílias genovesas que residiam em Lisboa desde meados do século XV,<sup>22</sup> estavam envolvidos no comércio com as Ilhas Atlânticas e com a costa ocidental de África, gozando de privilégios régios que lhes permitiam ampla liberdade de acção.<sup>23</sup> O caso do florentino Bartolomeo Marchionni, “*Verdadeira potência financeira da Lisboa Quinhentista*”<sup>24</sup>, é emblemático: associara-se a todos os grandes negócios da coroa portuguesa e participou nas primeiras expedições para o Oriente.

O centro da actividade destes mercadores era Lisboa, capital dum país que “geograficamente periférico estava, no século XVI, no centro do mundo”,<sup>25</sup> sendo que o raio de acção era muito mais amplo, envolvendo os territórios do império português que estava a crescer rapidamente. Assim, após as experiências comerciais no Atlântico – entre as “mercadorias” mais cobiçadas encontravam-se os escravos e a malagueta da África, o açúcar da Ilha da Madeira – os mercadores italianos, principalmente os florentinos e a família Affaitati de Cremona, dirigem as suas atenções e investem os seus capitais no comércio oriental sem, contudo, descuidar dos antigos tratos atlânticos.

Tomando como modelo a estrutura da rede comercial construída por João Francisco Affaitati, depreende-se, por um lado, que esta conseguiu realizar uma conexão entre os territórios ultramarinos portugueses com a cidade de proveniência deste mercador – nomeadamente Cremona – através de circuitos comerciais que tinham atingido dimensões alargadas. Por outro lado, realiza-se quanto fosse importante a intervenção de capitais e recursos humanos estrangeiros, nomeadamente italianos, na expansão portuguesa.

João Francisco Affaitati foi uma sólida figura de mercador e banqueiro e o seu envolvimento na economia portuguesa é comprovado por inúmeros documentos

21. Cf., F. Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo del XV secolo”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinseln*, Köln-Wien, 1970, p. 63 e seg.

22. Recordamos os Lomellini, os Calvi, os Cattaneo, oriundos de Génova, os de’ Bardi de Florença, entre outros.

23. Como exemplo, mencionamos o privilégio régio outorgado pelo rei D. Afonso V, a 28 de Fevereiro de 1475, ao florentino *Bartolomeo Marchionni* que lhe permitia comerciar como se fosse natural do reino. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 30, fl. 68v. Transcrito por F. Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni – Homem de grossa fazenda*, cit., p. 196; o privilégio de navegar na Guiné com a sua própria caravela foi entregue a Gerolamo Sernigi em 1498.

24. António Baião, “O comércio do pau-brasil”, in: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 317.

25. Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, p. 41.

entre os quais uma carta de quitação de 22 de Outubro de 1520<sup>26</sup>. Neste documento lê-se que o mercador de Cremona tinha recebido, desde 1508 até 1514, altura em que a hegemonia dos Affaitati foi preponderante<sup>27</sup>, um valor total de 117.004.880 réis. Na casa em Lisboa de João Francisco Affaitati ficou alojado por duas vezes o mercador florentino Giovanni da Empoli – agente dos Frescobaldi e Gualterotti de Bruges - aquando das suas viagens no Oriente em 1503 e 1509. Poucos anos mais tarde, foi recebido em casa Affaitati o mercador florentino Luca Girdali que acompanhou João Francisco nos seus negócios até ao falecimento do mercador cremonês ocorrido em 1529. Um ano importante foi o 1514, quando o sobrinho e futuro genro<sup>28</sup> de João Francisco Affaitati, João Carlos Affaitati, filho de Tommaso Affaitati, estabelece-se em Antuérpia - sede, desde 1499, da Feitoria portuguesa da Flandres – tornando-se no actor principal do sucesso da casa Affaitati em Antuérpia. Como se lê no testamento de João Francisco Affaitati, este tinha relações comerciais com cristãos novos, nomeadamente da família Mendes. O nome de Francisco Mendes recorre enquanto parceiro de ligações comerciais e é natural relacionar o estabelecimento de João Carlos Affaitati em Antuérpia em 1514 com a ida de Diogo Mendes, irmão de Francisco Mendes, em 1512. De facto, a colaboração entre os Affaitati e os Mendes mantêm-se quer em Lisboa quer em Antuérpia, manifestando uma colaboração baseada na confiança<sup>29</sup> que incluía outros mercadores florentinos entre os quais Luca Girdali e Giacomo de' Bardi. Após o falecimento de João Francisco Affaitati, em 1529, o consórcio continuou e sobreviveu à notícia espalhada em 1532, de que Diogo Mendes tinha sido preso por heresia. Receoso dos prejuízos que informação podia causar, “pois eram eles que, em grande parte, lhe forneciam o capital e as mercadorias necessárias à manutenção do comércio Oriental”,<sup>30</sup> o rei D. João III interveio junto de Carlos V pedindo que se procedesse à libertação de Diogo Mendes. Contudo, apesar destas diligências, os Mendes ficaram momentaneamente comprometidos e para não perder o negócio das especiarias, João Carlos Affaitati associa-se a Luca Girdali e a um grupo de judeus estantes em Lisboa. Assim, a partir de 1533, Luca Girdali, desde sempre na órbita da casa Affaitati, entra no consórcio do comércio das especiarias. Nesta altura, a 6 de Agosto 1533, Girdali obteve os cobiçados

26. Carta de Quitação de D. Manuel in *Archivo Histórico Portuguez*, 1905, vol. III, p. 393.

27. Cf., A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio das especiarias - O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993, p.22.

28. João Carlos Affaitati casou, após 1529, com a prima Lucrezia, uma das três filhas de João Francisco Affaitati.

29. Sobre o assunto, N. Alessandrini, “Todo esta asentado. Parcerias comerciais na Lisboa de Quinhentos, cit.

30. A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio da especiarias*, cit., p. 46.

privilégios dos mercadores alemães.<sup>31</sup> A rede comercial instituída por João Francisco Affaitati visava, do ponto de vista comercial, entrar em contacto com os mercados europeus e ultramarinos e transaccionar a maior variedade possível de mercadorias de modo a diversificar os riscos e precaver uma eventual caída de interesse num produto específico. Do ponto de vista da estrutura da rede, esta estava organizada com a participação de: 1) membros da família cujos laços ficaram ainda mais estreitos por ligações matrimoniais – o casamento entre o sobrinho João Carlos e a filha Lucrezia; 2) mercadores cuja confiança estava provada por anos de trabalho em conjunto e por ligações mercantis antecedentes à vinda a Lisboa – Luca Girdali e Giacomo de' Bardi; 3) mercadores cuja confiança no âmbito comercial era provada e reconhecida - Francisco e Diogo Mendes.

Até a década de Sessenta do século XVI, a casa Affaitati manteve um papel de relevo na economia portuguesa e as suas filiais em Sevilha e Antuérpia chefiadas por membros da família e por familiares de Luca Girdali e Giacomo de' Bardi, geriam negócios de avultados capitais.

### 3. Redes mercantis italianas na segunda metade de Quinhentos: articulação e dinâmicas

No último quartel de Quinhentos, depois do falecimento de Luca Girdali em 1565 e a conseqüente reorganização da sociedade comercial constituída por mercadores italianos e cristãos-novos acima sumariamente descrita, a situação político-económica de Portugal vivia uma conjuntura complicada devido à morte do rei D. João III (1557) que abria a questão da sucessão à coroa portuguesa<sup>32</sup> uma vez que o príncipe D. João tinha falecido antes do pai (1553). Quando D. Sebastião, neto de D. João III, ascende efectivamente ao governo (1568) tendo alcançado a maioria, a orientação das suas intenções é captada pelo embaixador veneziano em Madrid que a 10 de Outubro de 1570 informa o Senado de Veneza que o rei português “ha per le mani alcuni suoi disegni di afre alcune nuove imprese nell’Africa posta sopra l’Oceano, le quali haveranno bisogno di molte forze et di molta armata.”<sup>33</sup> À procura de dinheiro para a expedição africana, D. Sebastião pos em marcha uma reorganização do monopólio régio com um Regimento (1570) que visava a outorga da liberdade de importação de qualquer tipo de mercadoria oriental, especiarias inclusive. No entanto, a proibição de distribuir a

31. IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L. 45, fl. 51v.

32. Não podendo aqui analisar essa questão, remete-se para Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na menoridade de D. Sebastião*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

33. Archivio di Stato di Venezia (ASV), Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna, filza 7, f. 114. Transcrição em Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 42

mercadoria, que devia dar entrada nos armazéns da Casa da Índia, constituía um limite importante que determinou o não cumprimento dos objectivos previstos. Assim, o rei foi obrigado a alargar condições favoráveis no que dizia respeito à distribuição das especiarias.

Entre os mercadores italianos que nesta altura encontravam-se em Lisboa e que comerciavam principalmente com os produtos orientais continuava activo o florentino Giacomo de' Bardi. Com uma grande experiência neste tipo de transacções e com relações de relevo no âmbito da comunidade italiana – recordamos a sua frequência com as famílias Girdali e Affaitati, entre outras – Giacomo de' Bardi pode ser considerado o elo de ligação entre os avultados negócios dos mercadores italianos da primeira metade de Quinhentos e os novos rendosos contratos estipulados a partir da década de Setenta. Falecido em 1588, Giacomo de' Bardi<sup>34</sup> é, de facto, um mercador cuja experiência foi maturada ao longo dum período rico de mudanças políticas – desde D. João III até à perda da independência, passando pelas incertezas devidas aos vazios de governação – e de novas orientações económicas. A Giacomo de' Bardi foi outorgado em Março de 1575, o contrato da Mina e ao consórcio formado pelo genovês Antonio Calvo e pelo cristão-novo Manuel Caldeira foi entregue o arrendamento da alfândega por um período de 5 anos, entre 1571-1576. Eram, estes, os contratos “mejores que ay en este reino”.<sup>35</sup> Nas mãos de Antonio Calvo estava também o contrato das naus que partiam de Lisboa rumo ao Oriente.<sup>36</sup>

Veja-se, portanto, que no último quartel de Quinhentos a coroa portuguesa estava afastada da exploração directa da rota do Cabo, tendo em conta que o Regimento de 1570 permitia a livre entrada no comércio oriental e os contratos mais lucrativos, os da Mina, o contrato das naus e da alfândega, estavam nas mãos de mercadores italianos, florentinos e genoveses.

Ora, é importante referir que em 1575 outro evento, embora externo ao reino de Portugal, teve repercussões na sua economia. Neste ano, de facto, a bancarrota sofrida pelo rei Filipe II de Castela determinou que a atenção de alguns dos mercadores – banqueiros genoveses que, desde 1528 detinham um importante papel no sistema económico dos Habsburgos,<sup>37</sup> se virasse para o mercado lisboeta aberto para quem tivesse dinheiro para entrar. É de realçar, no entanto, um outro factor que representava uma linha de força na estrutura comercial das famílias

34. Sobre este mercador florentino estou a finalizar um estudo que irá ser publicado em breve.

35. Carta de Fernando de Morales de 19 de Março de 1575 in José Gentil da Silva, *Marchandises et Finances. Lettres de Lisbonne 1563-1578*, S.E.V.P.E.N, Paris, 1961, III, p.96.

36. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Pombalina* 644, fl. 396.

37. M. Herrero Sánchez, “Una república mercantil en la órbita de la monarquía católica (1528-1684). Hegemonia y decadencia del agregado hispano-genovés”, in Bruno Anatra e Francesco Manconi (org.) *Sardegna, Spagna e Stati italiani nell'età di Carlo V*, Roma, Carocci, 2001, p. 186.

“italianas” sediadas na Península Ibérica: a cooperação e as estreitas relações entre elas garantiam a continuidade na conservação de posições de privilégio. Elucidativo é a vinda para Lisboa, em 1576, do mercador genovês Stefano Lercaro.<sup>38</sup> Credor do rei Filipe II de 400.000 rs., Stefano Lercaro mantinha relações comerciais com o acima citado Antonio Calvo e, após o falecimento deste ocorrido em 1576, o substituiu no contrato do arrendamento da Alfândega a decorrer até 1582 em troca de uma quantia de 93 contos e meio de réis. Desde 1578, Stefano Lercaro tinha encabeçado também o contrato dos portos secos e comprado bens de raiz na capital portuguesa.<sup>39</sup>

A confiança nos capitais dos genoveses –Lercaro era descendente duma das famílias mais em vista de Génova – e o circuito de relações onde estes se mexiam na corte portuguesa – apenas como exemplo destacamos que a filha de Antonio Calvo, Francisca, tinha casado com Cristóvão de Távora, conselheiro de Estado e depois camareiro – mor de D. Sebastião -<sup>40</sup> constituíam uma dupla irresistível na hegemonia genovesa que irá caracterizar a economia portuguesa a partir do último quartel até ao fim do século XVII.

A cena económica portuguesa da década de Setenta, até a tragédia de Alcaçer Quibir, foi, portanto, dominada pelas tentativas, por parte de D. Sebastião, de arrecadar dinheiro para a campanha de África e, nesse sentido, devem ser lidas quer as outorgas de contratos a genoveses, assim como a aproximação ainda mais enérgica com o grão duque de Toscana, cujo objectivo era entrar no comércio português com o Oriente para que o porto de Livorno, adquirido ao genoveses em 1421 pela quantia de 100.00 ducados, se tornasse num empório importante.<sup>41</sup> No intuito de estabelecer acordos com o rei português e entrar em contacto com os mercadores italianos que já estavam envolvidos na rota comercial oriental, foi enviado para Lisboa, em 1576, o agente do grão-duque Antonio Vecchietti. Este, chegado a Madrid a 30 de Março de 1576, apresenta-se ao embaixador português sediado naquela cidade e é por ele informado que o rei português já tinha concluído com os alemães um contrato de quatro anos. Neste consórcio, Giacomo de' Bardi, que tinha ficado como responsável na praça de Lisboa da Companhia Affaitati a quem o rei era credor, detinha uma percentagem de 62,5%, sendo que

38. Sobre este assunto veja-se N. Alessandrini, “Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes”, in P. Cardim, L. Freire Costa, M. Soares da Cunha (org.), *Portugal na Monarquia Espanhola-Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, Cham, 2013, pp. 112-113

39. Arquivo Nossa Senhora do Loreto (ANSL), *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 8

40. Cf., N. Alessandrini, “La presenza genovese a Lisbona negli anni dell’unione delle corone (1580-1640)” in: *Génova y la Monarquia Hispânica (1528-1713)*, Società Ligure di Storia Patria, Genova, 2011, p. 76.

41. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscana, de Lisboa, 10 de Setembro de 1576.

o remanescente 37,5% era dos alemães.<sup>42</sup>

Chegado a Lisboa a 9 de Abril de 1576, Vecchietti contacta Giacomo de' Bardi a quem mostra a carta onde o grão-duque expressava os seus pedidos e condições para uma eventual entrada no contrato das especiarias. Apesar das perplexidades mostradas por Giacomo de' Bardi no que dizia respeito a uma conclusão favorável do acordo, a necessidade de dinheiro líquido por parte do rei português abria alguma esperança à operação florentina, por isso, apesar de não ter conseguido o contrato, o grão-duque tinha ficado satisfeito com o movimento comercial que o porto de Livorno tinha vindo a registar. Para além das cartas de Vecchietti e de' Bardi de Setembro de 1576 nas quais se relata o bom andamento do negócio e se noticia a partida, em finais de Agosto, de 1500 cântaras de pimenta na nau Fantona e do apresto de um carregamento de 2500 cântaras na nau Bellina Raugea,<sup>43</sup> temos conhecimento da variada mercadoria que atracava em Livorno vinda de Lisboa em 1576 com caixas de açúcar destinadas a Simone Fantoni, verзино e couro a Fantoni e Nesi, entre outras mercadorias e outros destinatários.<sup>44</sup> O facto de o grão-duque poder dispôr de galés próprias era, como explica Giacomo de' Bardi na carta de 23 de Setembro 1576, uma mais valia para receber mais pimenta no porto de Livorno.<sup>45</sup>

Em 1577 seguiu para Lisboa mais um mercador italiano, originário de Milão, Giovanni Battista Rovellasca.<sup>46</sup> Filho de Gerolamo Rovellasca, mercador milanês estabelecido em Antuérpia a partir de 1543 onde, ao lado da sua própria actividade comercial, se ocupava do negócio dos transportes das mercadorias de particulares. Em 1558, Gerolamo Rovellasca, devido ao transporte de um carregamento de armas de Milão para França, entrara em contacto com as casas comerciais do milanês Cesare Negrolo sediadas em Paris e Lyon. Aqui Giovan Battista Rovellasca aprendeu as técnicas comerciais e desenvolveu os seus conhecimentos nesta área, casando, anos mais tarde, com a filha de Cesare Negrolo, Clementia.

Em 1577, como já destacámos, o desenho da expedição africana arrastava D. Sebastião na procura de dinheiro e, por isso, constrangia-o a um processo de reestruturação dos contratos de trazida e distribuição das especiarias. Como já

42. N. Alessandrini e S. Bastos Mateus, "Italianos e Cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI-vínculos e parcerias comerciais", in *Ammantu, Bollettino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo*, (7), 2015, p. 41

43. ASF, *Mediceo del Principato*, 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa, 10 de Setembro 1576.

44. ASF, *Mediceo del Principato*, 2079.

45. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.3.

46. Sobre a presença de Giovan Battista Rovellasca em Lisboa, seguimos de perto os trabalhos de N. Alessandrini, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese Doutorado, Lisboa, Universidade Aberta, 2010, pp. 263 e seg. e Benedetta Crivelli, *Traffici finanziari e mercantili tra Milano e Lisbona nella seconda metà del XVI secolo*, Tese Doutorado, Università degli Studi di Verona, 2012.

referimos, Giacomo de' Bardi e os alemães faziam parte do contrato da trazida e Giovan Battista Rovellasca, juntamente com o milanês Giovan Battista Litta o vai integrar em 1578: os três possuíam no conjunto 3,5 quotas num total de 12. A mesma quantia de quotas era de propriedade dos cristãos-novos António Fernandes d'Elvas, Tomás Ximenes de Aragão e Luís Gomes d'Elvas e a maior parte, 5 quotas, pertenciam ao alemão Konrad Rott.<sup>47</sup> O contrato previa o adiantamento de dinheiro dos contratadores ao rei para a compra de trinta mil quintais de pimenta, quinze mil dos quais pertenciam ao contratadores que os podiam vender ao preço que achassem mais conveniente e quinze mil pertenciam ao rei que os vendia aos contratadores por 32 cruzados ao quintal.

A incerteza gerada pela tragédia de Alcácer Quibir levou à suspensão momentânea do contrato que, no entanto, foi reactivado em 1579 e continuou até 1584 já aquando da incorporação de Portugal na Monarquia Dual. Com o dinheiro, nomeadamente 250.000 escudos, que lhe foi assegurado pela companhia constituída pelo sogro Cesare Negrolo e por magnatas da finança da altura, entre os quais, Giovanni Battista Melzi, por sua vez sogro de Cesare Negrolo, Giovan Battista Rovellasca incorporou as 5 quotas de Konrad Rott que, entretanto, tinha entrado em falência em 1582, obrigando-se a pagar à volta de 83.333 rs. ao longo de três anos, de 1584 até 1586.<sup>48</sup>

Apesar de Filipe II de Castela ter mantido e aceite os contratos estipulados antes de se ter tornado rei de Portugal (1580), tinha detectado, entretanto, algumas falhas na sua condução por parte dos mercadores – entre os quais Giovan Battista Rovellasca - e, aquando da estipulação do contrato da distribuição da pimenta, em 1584, quis interpelar novo parceiros, nomeadamente o Senado de Veneza. As informações enviadas pelo embaixador veneziano em Madrid e pelos mercadores venezianos “estantes” em Lisboa acerca das consequências favoráveis que uma retoma de ligações comerciais deste calibre teria tido para os comércios dos venezianos em Lisboa não convenceram, no entanto, o Senado veneziano. Após anos de hesitações e de respostas vagas por parte de Veneza, o rei Filipe I de Portugal celebrou o contrato, a 15 de Fevereiro de 1586, com Giovan Battista Rovellasca e Giraldo Paris a quem, um ano mais tarde, associaram-se os alemães (Konrad Rott, Welser e Fugger) e cristãos novos (Francisco e Pedro Malvenda e André e Tomás Ximenes).<sup>49</sup>

---

47. James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, The John Hopkins University Press, Baltimore and London 2008, p. 20 e p. 265; também Alessandrini e Bastos Mateus, “Italianos e Cristãos-novos entre Lisboa e o império português, cit., pp. 41 e seg.

48. Cf. Giuseppe De Luca, *Commercio del denaro crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Milano, Il Polifilo, 1996, p. 94, n. 3

49. Valentin Vasquez de Prada, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, S.E.V.P.E.N. Paris, s.d., pp. 90-91

### **Conclusão**

Estas páginas, apesar de não serem exaustivas, assinalam quanto o século XVI tenha sido determinante na formação e elaboração de redes comerciais que se foram aperfeiçoando ao longo das décadas. O importante circuito comercial criado pela expansão ultramarina levou os mercadores a definir modelos de actuação que iam ajustando segundo as ocasiões. No que diz respeito aos mercadores italianos, estes, desde o início do século XVI, agregaram-se em sociedades comerciais que deram um importante contributo ao mantimento e conservação do projecto expansionista da coroa portuguesa.

Dois foram os aspectos determinantes que contribuíram para o sucesso comercial das famílias de mercadores italianos ao longo do século XVI: 1) Os processos de cooperação entre grupos sociais diferentes; 2) a integração com as estruturas da burocracia da corte portuguesa.

No primeiro caso é evidente a heterogeneidade das sociedades mercantis que se formaram quer na primeira metade do século, quer na segunda. Ao lado de conhecidos e afamados mercadores italianos encontramos os seus congéneres cristãos novos e alemães. Universos religiosos e culturas muito diferentes que, no entanto, não impediam relações comerciais em que a confiança era a ponta de diamante.

O segundo caso remete para a integração destes mercadores no circuito da coroa e da sua administração através de contactos cuja tipologia era vária mas que os tornava detentores de privilégios régios cuja natureza era imprescindível para realizar processos mercantis de elevado nível.